



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO/MG - TORNA PÚBLICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº15/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2015, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDIMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2015 DO MUNICÍPIO. ABERTURA NO DIA 12/03/2015 ÀS 10:00 HORAS. MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELO EMAIL: LICITACAO@CAPIMBRANCO.MG.GOV.BR OU PELO SITE WWW.CAPIMBRANCO.MG.GOV.BR OU PELO TELEFONE (31)3713-1420.

CAPIM BRANCO, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

Processo nº	15/2015
Modalidade Pregão Presencial nº	05/2015
Tipo	Menor preço global
Dotação Orçamentária nº	n.º05.01.12.361.1202.2051 Manutenção de Serviços Transporte Escolar 3.3.90.39.00 Ficha 148 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Fonte de Recurso n.º 1.01.00 Educação – 25% - 1.45.00 Trans. Recursos FNDE Referentes ao PNATE.
1ª Sessão Pública	12/03/2015 às 10:00 horas
Data limite para entrega dos envelopes nº 01 nº 02.	12/03/2015 às 09h30min
Objeto do certame	Contratação de empresa especializada para locação de veículos (ônibus rodoviário) com ano de fabricação a partir de 2003, com motorista para o transporte escolar, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação de Capim Branco,

	quantidades e especificações conforme no anexo I deste edital.
Valor Global Estimado	R\$ 137.000,00 (cento e trinta sete mil reais)
Edital	O edital esta disponível com a Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de Capim Branco, horário de 8h às 11h e de 14h às 17h, de segunda a sexta-feira. O fornecimento do edital, preferencialmente através de site www.capimbranco.mg.gov.br, independe de qualquer pagamento. Não será encaminhado edital via postal ou através de fac-símile.
Contatos e informações:	Ivan Theodoro Flores – Pregoeiro Telefone (31) 3713-1420 e-mail: licitacao@capimbranco.mg.gov.br

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO, no uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal Capim Branco, situada na Praça Jorge Ferreira Pinto, 20, mediante designação do Pregoeiro e componentes da equipe de apoio, conforme Portaria nº 03 de 05/01/2015, se encontra aberta licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor global, nos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no local, dia e hora acima mencionados.

O Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão, em sessão pública, para processamento do pregão.

A abertura da sessão será às 10h do dia 12/03/2015, no Departamento de Licitações, localizado na Praça Jorge Ferreira Pinto, 20, Centro, Capim Branco- MG, quando será realizado o credenciamento dos representantes das empresas.

2 - DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para locação de veículos (ônibus rodoviário) com ano de fabricação a partir de 2003, com motorista para o transporte escolar, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação de Capim Branco, quantidades e especificações conforme no anexo I deste edital.

3 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DE CONTRATO



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

3.1 – O Município poderá, na forma do artigo 62 da Lei 8.666/93, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.

3.2 – O prazo para assinatura do contrato ou outro instrumento que o substitua é de cinco dias, contados da data da intimação, sob pena de o adjudicatário decair do direito de fazê-lo e incorrer em multa de até 5% do preço total do contrato.

3.3 – Decorrido o prazo de assinatura do contrato sem manifestação do adjudicatário, é facultado ao Município convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, se for o caso, ou revogar a licitação.

4 – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

4.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária. Não sendo aceitas as justificativas pelo Município de Capim Branco, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a. Advertência.
- b. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- c. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- d. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- e. Suspensão do direito de contratar e participar de licitação com a Administração Municipal de Capim Branco- MG pelo período de até 05 (cinco) anos.

4.2 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

4.3 – A multa deverá ser recolhida à Administração da Prefeitura Municipal de Capim Branco no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.

4.4 – O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto a Administração Municipal.

4.5 – À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Capim Branco pelo período de até (05)

cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas normas legais pertinentes.

4.6 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

4.7 – Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

5 – LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMIDO O EDITAL E SER ADQUIRIDO

5.1 - O edital está disponível com o Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de Capim Branco, horário de 8h as 11h e 14h as 17h, de segunda a sexta-feira. O fornecimento do edital, **preferencialmente através do site www.capimbranco.mg.gov.br** independente de qualquer pagamento. **NÃO SERÁ ENCAMINHADO EDITAL VIA POSTAL E/OU ATRAVÉS DE FAC-SÍMILE.**

6 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 – Poderão participar deste pregão empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado através deste edital e, também:

6.1.1 – Estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e respectivos Anexos;

6.2 – As licitantes deverão apresentar, na data e horário previstos no preâmbulo deste edital, 2 (dois) envelopes devidamente fechados, contendo no envelope nº 1, sua proposta comercial, e no envelope nº 2, a documentação comprobatória da habilitação conforme solicitado neste Edital, sendo que, ambos deverão conter, na parte externa, além da razão social, CNPJ e endereço, os seguintes dizeres:

Prefeitura Municipal de Capim Branco

Envelope nº 1 - "PROPOSTA COMERCIAL"

Processo Licitatório nº xx/2015

Pregão nº xx/2015

Razão Social:

CNPJ:



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

Prefeitura Municipal de Capim Branco

Envelope nº 2 "DOCUMENTAÇÃO"

Processo Licitatório nº xx/2015

Pregão nº xx/2015

Razão Social:

CNPJ:

6.3 – A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II do Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nº 1 e 2.

6.4 – A PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO, no caso de procurador da empresa, conforme modelo estabelecido no Anexo III do Edital ou o CONTRATO SOCIAL, no caso de representante legal da empresa, em ambos os casos deverá ser apresentado fora dos Envelopes nº 1 e 2.

6.5 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:

6.5.1 – concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

6.5.2 – que estejam com o direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Capim Branco suspenso ou tenha sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

6.5.3 – que estejam reunidas em consórcio ou cooperativa; controladas, coligadas ou subsidiárias entre si; estrangeiras que não funcionam neste País.

7 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1 - Aberta a fase para **CREDENCIAMENTO** dos eventuais participantes do **PREGÃO** o representante da proponente entregará ao **PREGOEIRO** documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua representada e representando-a, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

7.2 - O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, sempre acompanhado do contrato social ou outro instrumento constitutivo da eventual proponente, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do **PREGÃO**, apresentar **DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, os envelopes **PROPOSTA DE PREÇOS (A)** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B)**, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **PREGOEIRO**, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, ficando facultada a adoção do modelo contido no **ANEXO III**.

7.2.1 - Na hipótese de apresentação de **procuração por instrumento particular**, impõe-se a comprovação da capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário através da apresentação do contrato / estatuto social da empresa.

7.3 - Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto / contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.4 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

7.5 - A ausência do representante devidamente credenciado importará a imediata exclusão da licitante na etapa de lances verbais.

7.6 - As pessoas interessadas, não credenciadas, poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

7.7 - Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante do licitante.

7.8 - O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/06, deverá comprovar a condição de Microempresa e/ou de Empresa de Pequeno Porte, no momento do seu credenciamento, com a apresentação de:

- Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial ou equivalente, da sede da Microempresa e/ou da Empresa de Pequeno Porte; [A certidão expedida pela Junta Comercial será considerada válida pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua emissão].*
- Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou equivalente, da sede da Microempresa e/ou da Empresa de Pequeno Porte.*

Na hipótese do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas não emitir o documento mencionado na letra "b" deste artigo, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, deverá ser apresentada, no credenciamento, declaração de porte feita pelo representante da empresa, sob as penas da lei, mediante a comprovação dessa circunstância, como apresentação do balanço patrimonial do último exercício.

7.9. - O DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER APRESENTADO E ENTREGUE EM SEPARADO.

8 – PROPOSTA COMERCIAL

8.1 – A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do objeto a ser fornecido, rigorosamente de acordo com as exigências



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

constantes deste edital e anexos, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

- a. datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 1 (uma) via em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador;
- b. número do Edital do Pregão e do Processo Licitatório;
- c. razão social da licitante, endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, fac-símile e e-mail, quando houver.
- d. planilha de preço ofertado.
- e. prazo de validade que deverá ser de no mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;
- f. descrição da linha objeto ofertado com indicação do veículo a ser utilizado, ano de fabricação e o condutor que deverá ser habilitado na categoria D ou E.
- g. O serviço objeto deste Pregão deverá ser cotado para ser prestado no Município de Capim Branco, com às expensas do proponente.
- h. O ano de fabricação dos veículos não poderá ser superior a 10 (dez) anos de uso;
- i. Declaração da Licitante que percorreu com antecedência o itinerário da rota de transporte escolar de seu interesse.

OBS: Todo veículo que transporta alunos deve ter uma autorização especial, expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do DETRAN ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN). A autorização deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível.
Além das vistorias normais no DETRAN, o veículo que transporta alunos precisa fazer mais duas vistorias especiais (uma em janeiro ou fevereiro e outra em julho), para verificação específica dos itens de segurança para transporte escolar.

O veículo deve possuir:

Cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros.

Uma grade separando os alunos da parte onde fica o motor.

Seguro contra acidentes.

Registrador de velocidade (tacógrafo), que é um aparelho instalado no painel do veículo que vai registrando a velocidade e as paradas do veículo em um disco de papel. Os discos devem ser trocados todos os dias e guardados pelo período de seis meses, porque serão exibidos ao DETRAM por ocasião da vistoria especial. Apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta.

8.2 – A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

8.3 – Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4 – Nos preços cotados deverão estar incluídos todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para a Prefeitura, tais como: tributos, encargos sociais e previdenciários.

8.5 – A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

8.6 – Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

9 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES

9.1 – A sessão pública terá início às **10:00hs** do dia **12/03/2015** na sala de Licitações, na Prefeitura Municipal de Capim Branco, com sede na Praça Jorge Ferreira Pinto, 20, Centro, Capim Branco– MG.

9.1.1 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação, e somente serão recebidos até às 09hs30min, horário a partir do qual não serão aceitos novos participantes.

9.2 – Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o critério MENOR PREÇO GLOBAL.

9.3 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

9.4 - As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a. seleção da proposta de menor preço;
- b. o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;
- c. na hipótese de apresentação de propostas escritas com preço unitário igual ao mínimo exequível, conforme determinado no item 9.5 deste edital, será utilizado como critério de desempate o sorteio.

9.5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.5.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

9.6 – Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

9.7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

9.8 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

9.9 - Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço decidindo motivadamente a respeito.

9.9.1 – A aceitabilidade será aferida a partir dos preços constantes do termo de referência constantes destes autos.

9.10 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9.11 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

9.12 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

9.14 – Caso a proposta apresente erros de soma e/ou multiplicação, o pregoeiro fará a correção dos cálculos e a proposta será aceita mediante expresso consentimento do proponente. Caso contrário, a proposta será desclassificada.

9.15 – O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.

9.16 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.

9.17 – Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderão constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

10 – DOCUMENTAÇÃO

O envelope nº 02 HABILITAÇÃO, deverá conter em seu interior os documentos relacionados abaixo em uma via, com cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais:

10.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1.2 – Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

10.1.3 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.1.4 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.1.5 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.1.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2 - HABILITAÇÃO FISCAL

10.2.1 – Comprovante de inscrição no CNPJ

10.2.2 – Prova de regularidade com o INSS (seguridade social);

10.2.3 – Prova de regularidade com FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço);

10.2.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

10.2.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

10.2.6 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (tributos federais e dívida ativa da União);

10.2.7 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

Obs: As comprovações de regularidade de que tratam os itens 10.2.2 e 10.2.6 poderão ser realizadas através de apresentação de certidão conjunta, na forma da legislação.

10.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

10.3.1- Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de, no máximo, 60 (sessenta) dias da data prevista para a realização da sessão pública do PREGÃO.

10.3.2 – As empresas que possuírem foro de eleição no contrato social diferente do local da sede deverão apresentar duas certidões Negativas de Falência, sendo uma do foro de eleição e a outra do foro onde se localiza a sede da empresa, caso não presente será inabilitada.

10.3.3 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, registrado no órgão competente, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.3.4 - Documento assinado por profissional legalmente habilitado (contador) demonstrando que a empresa apresenta "Índice de Liquidez Geral (LG)", "Índice de Solvência Geral (SG)" e "Índice de



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

PC

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula seguinte:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$$

Onde: AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante
ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo
PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo
AT = Ativo Total

- Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;
- As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;
- Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

10.3.5 - Exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado inferior a 01(um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral. Comprovação, na data de abertura da licitação, de **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**, apurado no balanço do último exercício e validado por profissional habilitado, de, no mínimo, equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do serviço.

10.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.4.1 – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e **DECLARAÇÃO** com indicação das instalações e dos equipamentos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

10.4.2 – OS LICITANTES DEVERÃO, PARA ATENDER À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, ITEM 10.4.1, APRESENTAR DECLARAÇÃO SUBSCRITA POR REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA JURÍDICA, COM INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E VEÍCULOS QUE DISPÕE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. A DECLARAÇÃO DEVERÁ TER FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO.

10.5 – DAS DECLARAÇÕES

10.5.1 – Declaração de que não emprega menores;

10.5.2 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal: o modelo contido no **ANEXO IV**

10.5.3 – Comprovação da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração fica facultada a utilização do modelo constante do **ANEXO V**.

10.6 – DOCUMENTAÇÃO SOMENTE PARA OS LICITANTES VENCEDORES DO PROCESSO EXIGIDOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.6.1 – Relação dos condutores que irão prestar os serviços, com cópias das respectivas carteiras de trabalho, devidamente assinadas, e comprovação de os condutores atenderem a todos os requisitos do artigo 138 do CTB (Lei nº 9.503/97).

10.6.1.1 De acordo com o Art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro e às recomendações do INEP, os condutores de veículos do transporte escolar deverão comprovar o atendimento das seguintes condições:

- Ter idade superior a 21 anos;
- Ter habilitação para dirigir veículos na categoria “D”;
- Possuir curso de Formação de Conductor de Transporte Escolar;
- Não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos doze meses.
- Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos;
- Possuir matrícula específica no DETRAN.

10.6.3 – Relação dos veículos que serão utilizados na prestação dos serviços, os quais deverão atender integralmente às normas do CTB, em especial do artigo 136.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

10.6.3.1 – Os veículos deverão conter laudo de vistoria com indicação de aptidão para transporte de alunos.

10.6.3.2 – Caso a licitante utilize veículos por ela alugados, deverá apresentar, também, cópia autenticada do contrato de locação do veículo, que será autuado.

10.6.3.3 – Contratar seguros contra acidentes

OBS: Todo veículo que transporta alunos deve ter uma autorização especial, expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do DETRAN ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAM). A autorização deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível. Além das vistorias normais no DETRAN, o veículo que transporta alunos precisa fazer mais duas vistorias especiais (uma em janeiro ou fevereiro e outra em julho), para verificação específica dos itens de segurança para transporte escolar.

O veículo deve possuir:

Cintos de segurança em boas condições para todos os passageiros.

Uma grade separando os alunos da parte onde fica o motor.

Seguro contra acidentes.

Registrador de velocidade (tacógrafo), que é um aparelho instalado no painel do veículo que vai registrando a velocidade e as paradas do veículo em um disco de papel. Os discos devem ser trocados todos os dias e guardados pelo período de seis meses, porque serão exibidos ao DETRAN por ocasião da vistoria especial. Apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta.

10.7 – DOS DOCUMENTOS:

10.7.1 - Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** poderão ser apresentados em original, por cópias simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e, inclusive, expedidos via Internet.

10.7.2 - A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original ao **PREGOEIRO**, por ocasião da abertura do **ENVELOPE HABILITAÇÃO**, para a devida autenticação.

10.7.3 - Para fim da previsão contida no **subitem 10.7.2.**, o documento original a ser apresentado não deve integrar o **ENVELOPE**.

10.7.4 - Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades / validades comprovadas por parte do **PREGOEIRO**.

10.7.5 - Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições / emissões não ultrapassem a 60 (sessenta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

11 – ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

11.1 - É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **esclarecimentos** sobre o **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de **até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas**.

11.1.1 – Os esclarecimentos pretendidos serão dirigidos ao Pregoeiro, com encaminhamento através de e-mail licitacao@capimbranco.mg.gov.br ou através de protocolo no setor respectivo da Prefeitura Municipal de Capim Branco.

11.1.2 – Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone)

11.1.3. Os **esclarecimentos** deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, a contar do recebimento da impugnação.

12. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 - É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **providências** ou de **impugnação** ao **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas**.

12.1.1 – A impugnação ou pedido de providências será dirigido ao pregoeiro e encaminhada através de e-mail licitacao@capimbranco.mg.gov.br ou através de protocolo nos setores específicos da Prefeitura Municipal de Capim Branco.

12.1.2. A decisão sobre o pedido de **providências** ou de **impugnação** será proferida pela **autoridade subscritora do ato convocatório do pregão** no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, a contar do recebimento da peça indicada por parte da **autoridade** referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do **PREGÃO**.

12.1.4. O acolhimento do pedido de **providências** ou de **impugnação** exige, desde que implique em modificação(ões) do **ato convocatório do PREGÃO**, **além da(s) alteração(ões) decorrente(s)**, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

13 – RECURSO ADMINISTRATIVO

13.1 - Por ocasião do final da sessão, a(s) proponente(s) que participou(aram) do **PREGÃO** ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de **recorrer**.

13.2 - Havendo intenção de interposição de **recurso** contra qualquer etapa / fase / procedimento do **PREGÃO**, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência.

13.3 - As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do **RECORRENTE**.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

13.4 - Após a apresentação das contra-razões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o **PREGOEIRO** examinará o **recurso**, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.

13.5 - Os autos do **PREGÃO** permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no **subitem 5.1.** deste **EDITAL**.

13.6 - O **recurso contra decisão do pregoeiro** não terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 – ADJUDICAÇÃO

14.1 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor **recurso**, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao **PREGOEIRO adjudicar** o objeto do certame à proponente vencedora.

14.2 - Existindo **recurso(s)** e constatada a regularidade dos atos praticados e **após a decisão do(s) mesmo(s)**, a **autoridade competente** deve praticar o **ato de adjudicação** do objeto do certame à proponente vencedora.

15 - HOMOLOGAÇÃO

15.1 - Compete à **autoridade competente homologar** o **PREGÃO**.

15.2 - A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o contrato, respeitada a validade de sua proposta.

16 - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

16.1 - O resultado final do **PREGÃO** será publicado no Diário Oficial do Município de Capim Branco.

17 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1 – A aceitação do objeto desta licitação, somente será efetivada após ter sido o mesmo realizado, Conforme Especificado neste Edital e na Proposta do Contratado;

17.2 – A prestação dos serviços será executada de acordo com o Calendário Escolar e Itinerário conforme objeto, sendo que a prestadora dos serviços não poderá deixar de atender em hipótese alguma nos dias letivos;

17.3 – O serviço contratado será de acordo com os anexos e terá acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação de Capim Branco;

17.4 – A quilometragem estimada poderá ser alterada de acordo com as necessidades e autorizações, emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), das quantidades licitadas, mediante Termo Aditivo.

17.5 – A empresa adjudicada deverá apresentar o Relatório Diário do Motorista, constando a quilometragem diária dos pontos de partida até o local das Escolas Municipais, bem como o horário e assinatura do motorista, conforme modelo anexo VIII.

17.5 - Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da prestadora de serviços e da própria aquisição do combustível.

17.6 – A substituição do motorista só poderá ocorrer após comunicação prévia a Administração e com apresentação de toda a documentação exigida para habilitação com relação ao motorista.

17.7 – A Substituição de veículo só poderá ocorrer após comunicação prévia a Administração por um outro veículo que atenda as exigências do edital em todos os quesitos.

18 – PAGAMENTO

18.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após faturamento dos serviços e mediante a apresentação de Nota Fiscal, juntamente com o Relatório Diário do Motorista, desde que os serviços estejam de acordo com o solicitado.

18.2 - A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da CND do INSS e CRF do FGTS atualizados, caso contrário ocorrerá a paralisação do pagamento, sobre o qual não ensejará juros de mora ou correção monetária.

18.3 - Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização (ões).

18.4 - Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

18.5 – A Administração da Prefeitura Municipal de Capim Branco, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

19 – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

19.1 – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a partir da data de reunião da sessão de abertura da LICITAÇÃO, observado o disposto no §3º do artigo 64, da Lei 8.666/93.

19.2 – O Contrato a ser celebrado terá a duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, após manifestação das partes envolvidas, mediante Termo de Prorrogação, conforme preceitua o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

19.3 – O valor proposto pela Licitante ficará fixo e irrevogável, pelo período de 12 (doze) meses. Após o período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, haja vista a possibilidade de prorrogação do contrato, o preço global estimado poderá ser reajustado. O índice utilizado para reajuste será o INPC/FIPE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

20 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição onerarão os recursos

Orçamentários:



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

n.º 05.01.12.361.1202.2051 Manutenção de Serviços Transporte Escolar 3.3.90.39.00 Ficha 148 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso n.º 1.01.00 Educação – 25%
1.45.00 Trans. Recursos FNDE Referentes ao PNATE

21 - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

21.1 – Para os fins do disposto neste edital a expressão Pequena Empresa serve para se referir à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte, definidas no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06, cuja condição deverá ser comprovada na sessão pública do Pregão Presencial, na fase do credenciamento com apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial, com data não superior a 30 (trinta) dias de emissão.

22 - DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – A autoridade competente do Município Capim Branco poderá anular e revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito do pregoeiro, devidamente fundamentado.

22.2 – A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.

22.3 – As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedadas observações ou reclamações impertinentes ao certame.

22.4 – A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.5 – Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Administração da Prefeitura Municipal de Capim Branco, comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

22.6 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

22.7 – As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no FORO da Comarca de Matozinhos - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.9 – Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Federal nº 10.520/02.

23 – ANEXOS

23.1 - Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

23.1.2 – ANEXO I – descrição e especificação do Objeto;

23.1.3 – ANEXO II – declaração de pleno atendimento;

23.1.4 – ANEXO III – modelo de procuração para o credenciamento

23.1.5 – ANEXO IV – modelo de declaração que não emprega menor

23.1.6 – ANEXO V – modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo

23.1.7 – ANEXO VI – minuta de contrato

23.1.8 – ANEXO VII – modelo de diário de viagem

23.1.9 – ANEXO VIII – termo de referência

Capim Branco, 26 de fevereiro de 2015.

IvanTheodoro Flores
Pregoeiro

Isabela Gonçalves Leal
OAB MG 110.096

ANEXO I

Descrição e especificação do Objeto

MODELO DE PROPOSTA

MUNICIPIO DE CAPIM BRANCO- MG

PREGÃO NÚMERO. ____/2015

PROCESSO N.º ____/2015.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de veículos (ônibus rodoviário) com a de fabricação a partir de 2003, com motorista para o transporte escolar, em atendimento ao Secretaria Municipal de Educação do Município de Capim Branco.

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

ENDEREÇO: _____

TEL.: _____

Item	Descrição	Quant/ Dia	Total KM/Ano Estimad o	Unid .	Valor unitário	Valor Total
01	ROTA "A" Escolas atendidas: - Escola Municipal Martiniano Fernandes Lobo - Escola Estadual Francisco Sales Bairros atendidos: - Bairro Cidade Nova - Bairro Represa - Bairro Jardim das Palmeiras Horário: 6h20min Saída da Garagem Desce a Av. Juscelino Kubitschek até o Bairro Cidade Nova. Ponto - Rua José Justino, esquina com Rua Eduardo Magalhães. Ponto - Em frente à ASCOCIN, na Rua Jair Vicente Natividade. Ponto - Final da Rua Eduardo Magalhães, em frente ao nº. 140 Ponto - Em frente ao salão Beleza Pura nº 136, na Rua Martiniano Fernandes Lobo. Ponto - Rua Martiniano Fernandes Lobo, nº 39 Ponto - Pracinha do Capão Ponto - Rua Noé Fernandes Lobo nº 55 Ponto - Rua Noé Fernandes Lobo, nº 19 Ponto - Escola Martiniano Fernandes Lobo Segue até a Escola Francisco Sales Retorno para Garagem Horário: 11h15min Saída da Garagem Pegar alunos na Martiniano e entregar na Represa Ponto - Rua Rio de Janeiro nº 50 Ponto- Pracinha do Capão Ponto- Rua Noé Fernandes nº 55 Ponto- Rua Noé Fernandes lobo nº 19 Ponto- Francisco Sales Desce a Av. Juscelino Kubitschek - Cidade Nova Ponto - Rua José Justino, esquina com Rua Eduardo Magalhães. Ponto - Em frente à ASCOCIN, na Rua Jair Vicente Natividade. Ponto - Rua Eduardo Magalhães esquina com a Rua Terezinha Andrade em frente ao número 140. Ponto - Em frente ao salão Beleza Pura, nº 136,	40	26.487	Km		

na Rua Martiniano Fernandes Lobo. Ponto - Rua Martiniano Fernandes Lobo, nº 39. Ponto - Pracinha do Capão Ponto - Rua Noé Fernandes Lobo nº 55 Ponto - Rua Noé Fernandes Lobo, nº 19. Ponto - Escola Martiniano Fernandes Lobo Ponto - Em frente à caixa D'água no bairro Jardim das Palmeiras. Segue até a Escola Francisco Sales Retorno para Garagem Horário: 16h40min Saída da Garagem Pegar alunos no Martiniano e entregar na Represa Ponto - Rua Rio de Janeiro nº 50 Ponto - Pracinha do Capão Ponto - Rua Noé Fernandes nº 55 Ponto - Rua Noé Fernandes Lobo nº 19 Ponto - Francisco Sales Desce a Av. Juscelino Kubitschek - Cidade Nova Ponto - Rua José Justino, esquina com Rua Eduardo Magalhães Ponto - Em frente à ASCOCIN, na Rua Jair Vicente Natividade Ponto - Final da Rua Eduardo Magalhães, em frente ao nº. 140 Ponto - Em frente ao salão Beleza Pura, nº 136, na Rua Martiniano Fernandes Lobo Ponto - Rua Martiniano Fernandes Lobo, nº 39 Ponto - Pracinha do Capão Ponto - Rua Noé Fernandes Lobo, nº 19 Retorno para a Garagem Horário: 18h Saída da Garagem Pegar alunos dos bairros Cidade Nova e Represa para o Francisco Sales. Ponto - Rio de Janeiro nº 50 Ponto - Pracinha do Capão Ponto - Rua Martiniano Fernandes Lobo nº 39 Ponto - Rua Terezinha Andrade Lobo nº 140 Ponto - Eduardo Magalhães esquina com a Rua Tenente Leonídio. Ponto - Rua José Justino esquina com a JK. Ponto final - Francisco Sales. Retorno para a garagem Horário: 22h Saída da Garagem Escola Francisco Sales Entregar alunos do Francisco Sales nos bairros Cidade Nova e Represa. Ponto - Av. JK esquina com a Rua José Justino Ponto - Rua Eduardo Magalhães esquina com a Rua José Justino. Ponto - Rua Terezinha Andrade Lobo em frente o nº 140. Ponto - Rua Martiniano Fernandes Lobo Ponto - Pracinha do Capão Ponto - Rua Rio de Janeiro nº 50 Retorno para a Garagem					
--	--	--	--	--	--



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

02	ROTA "B" Escolas atendidas: - CEIM Maria Barbosa de Carvalho - Escola Estadual Mestre Cornélio Bairros atendidos: - Várzea do Açude - Barbosa - Peri Peri - Araçás Horário: 6h30min Saída da Garagem Ponto - Igreja São Judas Tadeu em V. Açude. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Pracinha de Barbosa Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier nº 434 Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier nº 185 Ponto - Av. JK, esquina com a R. Custódio Barbosa Xavier (entrada do Barbosa) Ponto - Av. JK esquina com a AV. Industrial Ponto - Av. Industrial nº 110 (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Av. JK em frente ao Sítio Sant'ana (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Agroaras (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Escola Mestre Cornélio Ponto - Av. Industrial nº 334, em frente ao Sítio Viver. Ponto - Escola Maria Barbosa. Retorno para a Garagem. Horário: 11h Sai da garagem e segue para Araçás Ponto - Escola Maria Barbosa. Ponto - Av. Industrial em frente ao sítio Viver Ponto - Escola Mestre Cornélio Ponto - Av. Industrial, em frente ao Agroaras. Ponto - Av. Industrial nº 42, em frente o Sítio Sant'ana. (entregar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Av. Industrial nº 110 (entregar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Av. Industrial, esquina com JK. Ponto - Entrada de Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier em frente ao nº 434 Ponto - Pracinha de Barbosa. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Igreja São Judas em V. Açude. Retorna Novamente para Mestre Cornélio levando alunos do turno vespertino. Ponto - Igreja São Judas em V. Açude Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Pracinha de Barbosa Ponto - Custódio Barbosa Xavier nº 434 Ponto - Entrada de Barbosa. Ponto - AV. JK esquina com AV. Industrial	71.4					
	Ponto - AV Industrial nº 110 (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Agroaras (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Mestre Cornélio Ponto - Av. Industrial nº 334, em frente ao Sítio Viver (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Escola Maria Barbosa. Retorno para a Garagem. Horário: 16h20min Sai da garagem e segue para Araçás Ponto - Escola Maria Barbosa. Ponto - Av. Industrial em frente ao sítio Viver Ponto - Av. Industrial, em frente ao Agroaras. Ponto - Escola Mestre Cornélio Ponto - Av. Industrial nº 42, em frente o Sítio Sant'ana. (entregar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Av. Industrial nº 110 (entregar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Av. Industrial, esquina com JK. Ponto - Entrada de Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier, em frente ao nº 3. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier em frente ao nº 185. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier em frente ao nº 433 Ponto - Pracinha de Barbosa. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Igreja São Judas em V. Açude. Retorno pegando os alunos do turno noturno para a Escola Francisco Sales. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Pracinha de Barbosa Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier nº 434 Ponto - Entrada de Barbosa Ponto - Coreto (Aluna EJA para Escola Dep. Emílio) Ponto - Francisco Sales Retorno para a Garagem. Horário: 22h Saída da Garagem até a Escola Francisco Sales. Ponto - Escola Francisco Sales Ponto - Coreto Ponto - Entrada de Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier nº 434 Ponto - Pracinha de Barbosa. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Igreja São Judas em V. Açude. Retorno para a garagem.						
03	ROTA "C" Escolas atendidas: - Escola Municipal Professor a Rute Braz - Escola Estadual Francisco Sales Bairros atendidos: - Várzea do	52.1					



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

	• Açude Barbosa • Cidade Nova • Jardim das Palmeiras					
	Horário: 6h30min Sai da garagem e segue para Várzea do Açude passando Várzea do Solar. Ponto - Igreja São Judas em V. Açude. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5, V. Açude. Ponto - Pracinha de Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier, em frente ao nº 434, Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier, nº 185, Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier nº 46 Sobe a Avenida JK Ponto E.E. Francisco Sales Retorno para a Cidade Nova Ponto - Rua José Justino, nº 480, no Bairro Cidade Nova Ponto - Rua Eduardo Magalhães, esquina com a R. Tenente Leonídio. Ponto - Rua Ana Lobo de Carvalho, nº 10 Ponto - Escola Rute Braz Retorno para a garagem. Horário: 11h20min Saída da garagem Ponto - Escola Rute Braz Ponto - Rua Ana Lobo de Carvalho. Ponto - Rua Eduardo Magalhães esquina com Rua José Justino. Ponto - Rua José Justino, esquina com a Av. JK Segue para Várzea do Açude. Ponto - Igreja São Judas Tadeu no bairro Várzea do Açude Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos, nº5 Ponto - Pracinha de Barbosa Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier, nº 434 Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier, nº 46 Ponto - Escola Rute Braz Ponto - Merceria Cidade Nova. Ponto - Av. JK, nº 581, no segundo ponto de ônibus da Cidade Nova Ponto - Caixa D'água - Jardim das Palmeiras Ponto- Escola Francisco Sales. Retorno para a Garagem. Horário: 16h30min Saída da Garagem rumo à Peri-peri Ponto - Escola Rute Braz Ponto - Depósito de gás Ponto - Rua Eduardo Magalhães esquina com Rua Tenente Leonídio. Ponto - Rua José Justino, esquina com a Av. JK Ponto - Francisco Sales Ponto- Na Merceria Santo Antônio. Ponto- Na Igreja Santo Antônio, Várzea. Sobe pelo Marçal Ponto - Caixa d'água, no Jardim das Palmeiras. Retorno para Garagem Horário: 18h Saída da garagem Buscar alunos dos					

Palmeiras do turno noturno para o Francisco Sales. Ponto - Caixa d'água Retorno para garagem Horário: 22h Saída da Garagem Escola Estadual Francisco Sales Entregar alunos do Francisco Sales no Bairro Jardim das Palmeiras. Ponto- Caixa d'água Retorno para a garagem.					
	163.5			Total:	

Validade de 60 (sessenta) dias, contadas a partir da presente data

Prazo de Entrega: Conforme Edital

Condições de Pagamento: Conforme Edital

_____, ____ de _____ de 2015

Nome e assinatura do representante legal

(carimbo da empresa)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

Ref.: PREGÃO (PRESENCIAL) Nº ____/2015

PROCESSO N.º ____/2015

Pela presente declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/02, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

_____, ____ de _____ de 2015



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

Nome e assinatura do representante legal

(carimbo da empresa)

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, ____ de _____ de 2015

ANEXO III

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento particular de procuração, a (razão social da empresa), com sede (endereço completo) inscrita no CNPJ/ MF sob o nº (nº do CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (a) o(a) Sr. (a) (nome do representante) portador (a) da cédula de identidade (nº RG), e CPF (nº CPF), a quem confere amplos poderes para representar perante o Município de Capim Branco na Sessão de Pregão Presencial nº ____/2015, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, formular lances verbais, negociar a redução de preços, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO (A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da outorgante.

_____, ____ de _____ de 2015

Nome e assinatura do representante legal

(carimbo da empresa)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

Ref.: PREGÃO (PRESENCIAL) Nº ____/2015

PROCESSO N.º ____/2015

DECLARAMOS, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Nome e assinatura do representante legal

(carimbo da empresa)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

Ref.: PREGÃO (PRESENCIAL) Nº ____/2015

PROCESSO N.º ____/2015

Declaramos a inexistência de fato impeditivo quanto à habilitação para participar neste Pregão, bem como estamos cientes de que devemos declará-los quando ocorridos durante o certame.

Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.

_____, ____ de _____ de 2015

Nome e assinatura do representante legal

(carimbo da empresa)



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2015.

O Município de Capim Branco, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: ??????????????, com sede da Prefeitura localizada na Rua: ??????????????, ???, Centro, Capim Branco/MG, neste instrumento representado pelo Prefeito Municipal, ??????????????, brasileiro, estado civil, _____, residente e domiciliado em Capim Branco/MG, doravante denominado CONTRATANTE, e _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, nº _____, em _____/____, neste instrumento representado por seu Diretor _____, portador do CPF _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, em _____/____, doravante denominado CONTRATADO, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRESSUPOSTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

1.1. O presente contrato decorre de procedimento licitatório, modalidade Pregão Presencial nº do dia/...../2015, julgado em/...../..... e homologado em/...../....., regido pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a Prestação de serviços de Transporte Escolar para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, conforme características, especificações e quantidades constantes do **ANEXO I** do Pregão nº ____/2015, e da Proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O presente contrato tem o seu valor total de _____ com os seguintes valores:

(relacionar os itens com valores unitários e totais gerais).

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E PAGAMENTO

4.1 – O pagamento dos serviços, somente será efetivada após ter sido o mesmo realizado, Conforme Especificado no Edital e na Proposta do Contratado;

4.2 – A prestação dos serviços será executada de acordo com o Calendário Escolar e Itinerário conforme objeto, sendo que a prestadora dos serviços não poderá deixar de atender em hipótese alguma nos dias letivos;

4.3 – O serviço contratado será de acordo com os anexos e terá acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação Capim Branco;

4.4 – A empresa adjudicada deverá apresentar o Relatório Diário do Motorista, constando a quilometragem diária dos pontos de partida até o local das Escolas Municipais, bem como o horário e assinatura do motorista, conforme modelo anexo VII.

4.5 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após faturamento dos serviços e mediante a apresentação de Nota Fiscal, juntamente com o Relatório Diário do Motorista, desde que os serviços estejam de acordo com o solicitado.

4.5.1 – O pagamento será realizado na quilometragem efetivamente rodado.

4.6 - A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da CND do INSS e CRF do FGTS atualizados, caso contrário ocorrerá à paralisação do pagamento, sobre o qual não ensejará juros de mora ou correção monetária.

4.7 - Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização (ões).

4.8 - Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

4.9 – A Administração da Prefeitura Municipal de Capim Branco, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. São obrigações da (o) Contratada (o):

5.1.1. Manter durante todo o período de vigência do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação.

5.1.2. O reconhecimento dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

5.1.3. Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário da contratada.

5.1.4. Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários do mesmo.

5.1.5. Notificar a Administração com antecedência sempre que houver necessidade de substituir o veículo como o motorista e apresentar a documentação dos mesmos.

5.1.6 – Além das vistorias normais no DETRAN, o veículo que transporta alunos precisa fazer mais duas vistorias especiais (uma em janeiro ou fevereiro e outra em julho), para verificação específica dos itens de segurança para transporte escolar, assinado pelo o Responsável técnico, devendo ter a seguinte expressão “veículo apto para transporte escolar”



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

OBS: O veículo deve possuir:

Cintos de segurança em boas condições para todos os passageiros.

Uma grade separando os alunos da parte onde fica o motor.

Seguro contra acidentes.

Registrador de velocidade (tacógrafo), que é um aparelho instalado no painel do veículo que vai registrando a velocidade e as paradas do veículo em um disco de papel. Os discos devem ser trocados todos os dias e guardados pelo período de seis meses, porque serão exibidos ao DETRAM por ocasião da vistoria especial. Apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta.

5.2. São obrigações do Contratante:

5.2.1. Efetuar os pagamentos na forma deste contrato e do edital.

5.2.2. Modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

5.2.3. Rescindir unilateralmente o presente contrato nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93.

5.2.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

5.2.5. Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

6.1. A vigência do presente contrato tem início na data de sua assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, após manifestação das partes envolvidas, mediante Termo de Prorrogação, conforme preceitua o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

7.1. Para atender a seus interesses, o Município de Capim Branco reserva-se o direito de alterar os quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados obedecidos aos limites estabelecidos no art. 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

7.2 – A quilometragem estimada poderá ser alterada de acordo com as necessidades e autorizações, emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), das quantidades licitadas, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

8.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, sanções previstas no Artigo 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal cabíveis e poderá acarretar as seguintes sanções:

a. Advertência

b. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, o prazo máximo de 02 (dois) dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

c. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;

d. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.

e. Suspensão do direito de contratar e participar de licitação com a Administração Municipal de Capim Branco- MG pelo período de até 05 (cinco) anos.

8.2. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilidade da contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.3. A multa deverá ser recolhida na Prefeitura Municipal de Capim Branco no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.

8.4. O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente.

8.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.6. Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às sanções aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ORÇAMENTO

10.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão no presente exercício à conta das dotações:

n.º 05.01.12.361.1202.2051 Manutenção de Serviços Transporte Escolar 3.3.90.39.00 Ficha 148 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso n.º 1.01.00 Educação – 25%



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

PNATE 1.45.00 Trans. Recursos FNDE Referentes ao

????????????????????

Contratada

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1 – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a partir da data de reunião da sessão de abertura da LICITAÇÃO, observado o disposto no §3º do artigo 64, da Lei 8.666/93.

11.2 – O valor proposto pela Licitante ficará fixo e irrevogável, pelo período de 12 (doze) meses. Após o período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, haja vista a possibilidade de prorrogação do contrato, o preço global estimado poderá ser reajustado. O índice utilizado para reajuste será o INPC/FIPE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Testemunhas:

.....

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

12.1. A eficácia do presente instrumento está vinculada à publicação do extrato na imprensa oficial, sendo esta de responsabilidade do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. O contrato vincula-se as suas próprias cláusulas, ao Edital, às normas e princípios de Direito Público, as regras da Lei 10520/02 e 8.666/93, aplicando-se subsidiariamente as normas de Direito Civil.

13.3. O regime jurídico deste contrato administrativo é instituído pela Lei 10.520/02 e 8.666/93.

13.4. Fica eleito o FORO da Comarca de Matozinhos/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente Contrato.

13.5. E, por estarem justas, as partes firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Capim Branco, de..... de 2015.

Romar Gonçalves Ribeiro

Prefeito Municipal

Contratante

ANEXO VII

DIÁRIO DE VIAGENS – TRANSPORTE ESCOLAR	
Orgão: Secretaria Municipal de Educação	Contrato. n.º: _____
Contratada:	
ITINERÁRIO:	DATA: ____/____/____
Hora inicial: ____:____	Hora final: ____:____
MOTORISTA:	CPF N.º _____
HORÁRIO	MATUTINO: _____
	VESPERTINO: _____
	NOTURNO: _____
VEÍCULO:	
Onibus	☐
Micro ônibus	☐
Outros: _____	
TRANSPORTE DE ALUNOS:	
Referência	M V N
Número de alunos	
KM/dia	
OCORRÊNCIAS, SOLICITAÇÕES, OBSERVAÇÕES	
Motorista: _____ CPF: _____	
Fiscal: _____ MASP: _____	



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para locação de veículos (ônibus rodoviário) com ano de fabricação a partir de 2003, com motorista para o transporte escolar, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1. Prover o transporte escolar no Município de Capim Branco, durante o ano letivo.

3 – DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços serão licitados por valor global devendo a contratada prestar o serviço por ônibus convencional de acordo com as especificações das rotas descritas no quadro abaixo. O pagamento se dará por quilometro efetivamente rodado dentro das rotas pré-estabelecidas.

Item	Descrição da rota/ km diária	Característica	Total KM/Ano Estimado	Valor unitário Km rodado	Valor Total
01	ROTA "A" - 40 km Escolas atendidas: - Escola Municipal Martiniano Fernandes Lobo - Escola Estadual Francisco Sales Bairros atendidos: - Bairro Cidade Nova - Bairro Represa - Bairro Jardim das Palmeiras Horário: 6h20min Saída da Garagem Desce a Av. Juscelino Kubitscheck até o Bairro Cidade Nova: Ponto - Rua José Justino, esquina com Rua Eduardo Magalhães. Ponto - Em frente à ASCOCIN, na Rua Jair Vicente Natividade. Ponto - Final da Rua Eduardo Magalhães, em frente ao nº. 140 Ponto - Em frente ao salão Beleza Pura nº 136, na Rua Martiniano Fernandes Lobo. Ponto - Rua Martiniano Fernandes Lobo, nº 39 Ponto - Pracinha do Capão Ponto - Rua Noé Fernandes Lobo nº 55	Característica do veículo: Veículo com idade máxima de 12 anos, equipado com tacômetro, capacidade de 48 lugares, deve atender ao Código Brasileiro de Trânsito para realizar transporte escolar.	26.487		

Ponto - Rua Noé Fernandes Lobo, nº 19 Ponto - Escola Martiniano Fernandes Lobo Segue até a Escola Francisco Sales Retorno para Garagem Horário: 11h15min Saída da Garagem Pegar alunos na Martiniano e entregar na Represa Ponto - Rua Rio de Janeiro nº 50 Ponto- Pracinha do Capão Ponto- Rua Noé Fernandes nº 55 Ponto- Rua Noé Fernandes lobo nº 19 Ponto- Francisco Sales Desce a Av. Juscelino Kubitscheck - Cidade Nova Ponto - Rua José Justino, esquina com Rua Eduardo Magalhães. Ponto - Em frente à ASCOCIN, na Rua Jair Vicente Natividade. Ponto - Rua Eduardo Magalhães esquina com a Rua Terezinha Andrade em frente ao número 140. Ponto - Em frente ao salão Beleza Pura, nº 136, na Rua Martiniano Fernandes Lobo. Ponto - Rua Martiniano Fernandes Lobo, nº 39. Ponto - Pracinha do Capão Ponto - Rua Noé Fernandes Lobo nº 55 Ponto - Rua Noé Fernandes Lobo, nº 19. Ponto - Escola Martiniano Fernandes Lobo Ponto - Em frente à caixa D'água no bairro Jardim das Palmeiras. Segue até a Escola Francisco Sales Retorno para Garagem Horário: 16h40min Saída da Garagem Pegar alunos no Martiniano e entregar na Represa Ponto - Rua Rio de Janeiro nº 50 Ponto - Pracinha do Capão Ponto - Rua Noé Fernandes nº 55 Ponto - Rua Noé Fernandes lobo nº 19 Ponto - Francisco Sales Desce a Av. Juscelino Kubitscheck - Cidade Nova Ponto - Rua José Justino, esquina com Rua Eduardo Magalhães Ponto - Em frente à ASCOCIN, na Rua Jair Vicente Natividade Ponto - Final da Rua Eduardo Magalhães, em frente ao nº. 140 Ponto - Em frente ao salão Beleza Pura, nº 136, na Rua Martiniano Fernandes Lobo Ponto - Rua Martiniano Fernandes Lobo, nº 39 Ponto - Pracinha do Capão Ponto - Rua Noé Fernandes Lobo, nº 19 Retorno para a Garagem Horário: 18h Saída da Garagem Pegar alunos dos bairros Cidade Nova e Represa para o Francisco Sales. Ponto - Rio de Janeiro nº 50 Ponto - Pracinha do Capão				
---	--	--	--	--



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

	Ponto - Rua Martiniano Fernandes Lobo nº 39 Ponto - Rua Terezinha Andrade Lobo nº 140 Ponto - Eduardo Magalhães esquina com a Rua Tenente Leonídio. Ponto - Rua José Justino esquina com a JK. Ponto final - Francisco Sales. Retorno para a garagem Horário: 22h Saída da Garagem Escola Francisco Sales Entregar alunos do Francisco Sales nos bairros Cidade Nova e Represa. Ponto - Av. JK esquina com a Rua José Justino Ponto - Rua Eduardo Magalhães esquina com a Rua José Justino. Ponto - Rua Terezinha Andrade Lobo em frente o nº 140. Ponto - Rua Martiniano Fernandes Lobo Ponto - Pracinha do Capão Ponto - Rua Rio de Janeiro nº 50 Retorno para a Garagem				
02	ROTA "B" – 71.4 km Escolas atendidas: • CEIM Maria Barbosa de Carvalho • Escola Estadual Mestre Cornélio Bairros atendidos: • Várzea do Açude • Barbosa • Peri Peri • Araçás Horário: 6h30min Saída da Garagem Ponto - Igreja São Judas Tadeu em V. Açude. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Pracinha de Barbosa Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier nº 434 Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier nº 185 Ponto - Av. JK, esquina com a R. Custodio Barbosa Xavier (entrada do Barbosa) Ponto - Av. JK esquina com a AV. Industrial Ponto - Av. Industrial nº 110 (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto- Av. JK em frente ao Sítio Sant'ana (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Agroaras (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Escola Mestre Cornélio Ponto - Av. Industrial nº 334, em frente ao Sítio Viver. Ponto - Escola Maria Barbosa. Retorno para a Garagem. Horário: 11h Sai da garagem e segue para Araçás Ponto - Escola Maria Barbosa. Ponto - Av. Industrial em frente ao sítio Viver Ponto - Escola Mestre Cornélio Ponto - Av. Industrial, em frente ao Agroaras.				

	Ponto - Av. Industrial nº 42, em frente o Sítio Sant'ana. (entregar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Av.Industrial nº 110 (entregar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Av. Industrial, esquina com JK. Ponto - Entrada de Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier em frente ao nº 434 Ponto - Pracinha de Barbosa. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Igreja São Judas em V. Açude. Retorna Novamente para Mestre Cornélio levando alunos do turno vespertino. Ponto - Igreja São Judas em V. Açude Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Pracinha de Barbosa Ponto - Custódio Barbosa Xavier nº 434 Ponto - Entrada de Barbosa. Ponto - AV. JK, esquina com AV. Industrial Ponto - AV Industrial nº 110 (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Agroaras (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Mestre Cornélio Ponto - Av. Industrial nº 334, em frente ao Sítio Viver (pegar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Escola Maria Barbosa. Retorno para a Garagem. Horário: 16h20min Sai da garagem e segue para Araçás Ponto - Escola Maria Barbosa. Ponto - Av. Industrial em frente ao sítio Viver Ponto - Av. Industrial, em frente ao Agroaras. Ponto - Escola Mestre Cornélio Ponto - Av. Industrial nº 42, em frente o Sítio Sant'ana. (entregar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Av. Industrial nº 110 (entregar alunos de Maria Barbosa) Ponto - Av. Industrial, esquina com JK. Ponto - Entrada de Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier, em frente ao nº 3. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier em frente ao nº 185. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier em frente ao nº 433 Ponto - Pracinha de Barbosa. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Igreja São Judas em V. Açude. Retorno pegando os alunos do turno noturno para a Escola Francisco Sales. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Pracinha de Barbosa Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier nº 434 Ponto - Entrada de Barbosa Ponto - Coreto (Aluna EJA para Escola				
--	--	--	--	--	--



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

	Dep. Emílio) Ponto - Francisco Sales Retorno para a Garagem. Horário: 22h Saída da Garagem até a Escola Francisco Sales. Ponto - Escola Francisco Sales Ponto - Coreto Ponto - Entrada de Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier nº 434 Ponto - Pracinha de Barbosa. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5. Ponto - Igreja São Judas em V. Açude. Retorno para a garagem.				
03	ROTA "C" – 52.1 Escolas atendidas: • Escola Municipal Professor a Rute Braz • Escola Estadual Francisco Sales Bairros atendidos: • Várzea do Açude • Barbosa • Cidade Nova • Jardim das Palmeiras Horário: 6h30min Sai da garagem e segue para Várzea do Açude passando Várzea do Solar. Ponto - Igreja São Judas em V. Açude. Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos nº 5, V. Açude. Ponto - Pracinha de Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier, em frente ao nº 434, Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier, nº 185, Barbosa. Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier nº 46 Sobe a Avenida JK Ponto E.E. Francisco Sales Retorno para a Cidade Nova Ponto - Rua José Justino, nº 480, no Bairro Cidade Nova Ponto - Rua Eduardo Magalhães, esquina com a R. Tenente Leonídio. Ponto - Rua Ana Lobo de Carvalho, nº 10 Ponto - Escola Rute Braz Retorno para a garagem. Horário: 11h20min Saída da garagem Ponto - Escola Rute Braz Ponto - Rua Ana Lobo de Carvalho. Ponto - Rua Eduardo Magalhães esquina com Rua José Justino. Ponto - Rua José Justino, esquina com a Av. JK Segue para Várzea do Açude. Ponto - Igreja São Judas Tadeu no bairro Várzea do Açude Ponto - Rua Joaquim Vieira dos Santos, nº5 Ponto - Pracinha de Barbosa Ponto - Rua Custódio Barbosa Xavier, nº 434 Ponto - Rua Custódio				

	Barbosa Xavier, nº 46 Ponto - Escola Rute Braz Ponto - Mercaria Cidade Nova. Ponto - Av. JK, nº 581, no segundo ponto de ônibus da Cidade Nova Ponto - Caixa D'água - Jardim das Palmeiras Ponto- Escola Francisco Sales. Retorno para a Garagem. Horário: 16h30min Saída da Garagem rumo à Peri-peri Ponto - Escola Rute Braz Ponto - Depósito de gás Ponto - Rua Eduardo Magalhães esquina com Rua Tenente Leonídio. Ponto - Rua José Justino, esquina com a Av. JK Ponto - Francisco Sales Ponto- Na Mercaria Santo Antônio. Ponto- Na Igreja Santo Antônio, Várzea. Sobe pelo Marçal Ponto - Caixa d'água, no Jardim das Palmeiras. Retorno para Garagem Horário: 18h Saída da garagem Buscar alunos dos Palmeiras do turno noturno para o Francisco Sales. Ponto - Caixa d'água Retorno para garagem Horário: 22h Saída da Garagem Escola Estadual Francisco Sales Entregar alunos do Francisco Sales no Bairro Jardim das Palmeiras. Ponto- Caixa d'água Retorno para a garagem.				
--	---	--	--	--	--

3.2 - O veículo deve possuir:

- Cintos de segurança em boas condições para todos os passageiros.
- Uma grade separando os alunos da parte onde fica o motor.
- Seguro contra acidentes.
- Registrador de velocidade (tacógrafo), que é um aparelho instalado no painel do veículo que vai registrando a velocidade e as paradas do veículo em um disco de papel. Os discos devem ser trocados todos os dias e guardados pelo período de seis meses, porque serão exibidos ao DETRAM por ocasião da vistoria especial.
- Apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta.

4 – PRAZO

A vigência do contrato vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, após manifestação das partes envolvidas, mediante Termo de Prorrogação, conforme preceitua o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão no presente exercício à conta das dotações:

n.º 05.01.12.361.1202.2051 Manutenção de Serviços Transporte Escolar 3.3.90.39.00 Ficha 148 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso n.º 1.01.00 Educação – 25%
1.45.00 Trans. Recursos FNDE Referentes ao PNATE

6 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Da contratada:

6.1. O serviço deverá ser executado de acordo com as especificações definidas neste Termo, obedecendo aos detalhes fornecidos pela gestão do contrato.

6.2. O serviço será fiscalizado pelos fiscais indicados pelos gestores do contrato.

6.3. O serviço será conduzido por pessoal pertencente à Contratada;

6.4. A mão-de-obra a se empregar para a execução do serviço será sempre de inteira responsabilidade da Contratada;

6.5. A Contratada deverá fornecer, a pedido da gestão do contrato e a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos serviços;

6.6. Para os serviços que forem ajustados, caberá à Contratada fornecer e conservar, pelo período que for necessário, equipamentos mecânicos e ferramental adequado, e a contratar mão-de-obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de pessoal que possa assegurar o progresso satisfatório aos serviços.

6.7. À Contratada caberá a responsabilidade pelas instalações do seu pátio de serviços, inclusive o estabelecimento e manutenção dos meios de transporte horizontais e verticais para atender às necessidades dos serviços, bem como às de outros contratados, na forma contratual;

6.8. A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao município ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando a prefeitura de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;

6.9. A manutenção preventiva e corretiva dos veículos locados, inclusive troca de peças, acessórios, pneus, lubrificantes, filtros, dentre outros, será de responsabilidade da CONTRATADA;

6.10. As despesas necessárias para regularidade da documentação dos veículos locados correrão por conta da CONTRATADA, se houver;

6.11. Atender de imediato, às solicitações do CONTRATANTE referente a panes verificadas nos veículos que impeçam o uso;

6.12. Em caso de pane ou defeitos que não possam ser sanados de imediato cuja utilização se torne impossível ou temerária, a CONTRATADA deverá tornar disponível outro veículo do mesmo padrão no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), e arcar com todas as despesas provenientes desta situação, tais como reboque ou remoção do veículo defeituoso;

6.13. O conserto solicitado deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do horário da chamada. Caso contrário, a CONTRATADA deverá substituir a veículo locado, mesmo que provisoriamente, às suas expensas, por outro que possua a mesma especificação técnica, em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, a fim de não prejudicar as atividades no âmbito do CONTRATANTE;

6.14 O Combustível será fornecido pela CONTRATADA;

6.15 Os motoristas serão de responsabilidade da CONTRATADA, por meio de pessoal próprio;

6.16. Nos casos em que não puderem circular os veículos de grande porte, diante das condições físicas das rotas estipuladas no edital, a contratada deverá promover a substituição por veículos menores, adequado ao atendimento de tais rotas e do objeto licitado;

6.17 Caberá a CONTRATADA, cuidar da segurança do seu pessoal empregado na execução dos serviços contratados, obedecendo aos requisitos legais pertinentes, ficando a CONTRATANTE e seus prepostos isentos de qualquer responsabilidade com relação a eventuais acidentes de trabalho decorrentes do serviço prestado, sejam eles de natureza civil ou criminal.

6.18. Nos preços propostos deverão estar incluídos os valores dos materiais, do fornecimento de mão-de-obra, dos encargos sociais e fiscais, das ferramentas e equipamentos, da administração, do lucro e de quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços;

6.19. A Contratada deverá satisfazer, por sua conta, as obrigações relacionadas com as leis trabalhistas e sociais, com o seguro de acidentes de seus operários ou empregados, bem como, a quitação das exigências municipais, estaduais ou federais e os comprovantes deverão ser apresentados à gestão do contrato, quando exigidos;

6.20. A Contratada deverá manter em arquivo adequado todos os documentos que comprovem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, permitindo o acesso aos mesmos pela gestão do contrato sempre que solicitado.

6.21. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

Da contratante:

6.22. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos neste termo de referência e edital;

6.23. Notificar o contratado, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades na execução dos serviços;

6.24. Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

6.25. Realizar o controle da execução orçamentária;

6.26. Requisitar para a empresa CONTRATADA a necessidade de aumento ou diminuição dos serviços prestados, dentro dos limites legais possíveis;

6.27. Requisitar para a empresa CONTRATADA a substituição dos empregados da mesma sempre que ocorrerem problemas na prestação dos serviços;

6.28. Proceder vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados por meio de fiscais indicados pela gestão do contrato, que anotar as ocorrências, em livro próprio, dando ciência ao supervisor, determinando sua imediata regularização.

MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO/MG - TORNA PÚBLICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº16/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2015, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDIMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2015 DA ZONA RURAL DE BOA VISTA NO MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO. ABERTURA NO DIA 03/09/2015 ÀS 14H30MINHS. MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELO EMAIL: LICITACAO@CAPIMBRANCO.MG.GOV.BR OU PELO SITE WWW.CAPIMBRANCO.MG.GOV.BR OU PELO TELEFONE (31)3713-1420.

CAPIM BRANCO, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

Processo nº	16/2015
Modalidade Pregão Presencial nº	06/2015
Tipo	Menor preço global
1ª Sessão Pública	12/03/2015 às 14h

Data limite para entrega dos envelopes 01 e 02.	12/03/2015 às 14h30min
Valor global médio Estimado	R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais)
Objeto do certame	Contratação de empresa especializada para locação de veículo para atendimento do Transporte Escolar 2015 da Zona Rural de Boa Vista no Município de Capim Branco.
Edital	O edital esta disponível para download no sitio www.capimbranco.mg.gov.br Pode se obtida cópia diretamente com a Comissão de Licitação, na Praça Jorge Ferreira Pinto, nº 20 - Centro, Capim Branco, no horário comercial (8h às 12h e de 14h às 18h). NÃO serão fornecidos editais por fac-símile e via postal.
Contatos e informações:	Ivan Theodoro Flores – Pregoeiro Telefone (31) 3713-1420 licitacao@capimbranco.mg.gov.br

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO, no uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal Capim Branco, situada na Praça Jorge Ferreira Pinto, 20 – Centro, mediante designação do Pregoeiro e componentes da equipe de apoio, conforme Portaria nº 03, se encontra aberta licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço GLOBAL, nos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no local, dia e hora acima mencionados.

O Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão, em sessão pública, para processamento do pregão.

A abertura da sessão será às 14h30min do dia 12/03/2015, no Departamento de Licitações, localizado na Praça Jorge Ferreira Pinto, 20 - Centro, em Capim Branco- MG, quando será realizado o credenciamento dos representantes das empresas.

2 - DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para locação de veículo para atendimento do Transporte Escolar 2015 da Zona Rural de Boa Vista no Município de Capim Branco.

3 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DE CONTRATO

3.1 – O prazo para assinatura do contrato ou outro instrumento que o substitua é de cinco dias, contados da data da intimação, sob pena de



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

o adjudicatário decair do direito de fazê-lo e incorrer em multa de até 5% do preço total do contrato.

3.2 – Decorrido o prazo de assinatura do contrato sem manifestação do adjudicatário, é facultado ao Município convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, se for o caso, ou revogar a licitação.

3.3 – Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo, devidamente regularizado junto ao órgão do **DETRAN** do domicílio do Veículo (**CRLV** do veículo, frente e verso) com seguro obrigatório pago, ou comprovante de quitação.

3.4 – Apresentar Carteira de Habilitação do condutor.

4 – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

4.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária. Não sendo aceitas as justificativas pelo Município de Capim Branco, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

- Advertência.
- Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- Suspensão do direito de contratar e participar de licitação com a Administração Municipal de Capim Branco - MG pelo período de até 05 (cinco) anos.

4.2 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

4.3 – A multa deverá ser recolhida à Administração da Prefeitura Municipal de Capim Branco no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.

4.4 – O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto a Administração Municipal.

4.5 – À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o

retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Capim Branco pelo período de até (05) cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas normas legais pertinentes.

4.6 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

4.7 – Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

5 – LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMIDO O EDITAL E SER ADQUIRIDO

5.1 – O Edital estará disponível aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Capim Branco, situada na Praça Jorge Ferreira Pinto, 20, Centro, Capim Branco – MG, durante o horário de expediente de 8h às 12h e 14h às 18h. O fornecimento deste edital, preferencialmente através site www.capimbranco.mg.gov.br, e pelo email: licitacao@capimbranco.mg.gov.br, independe de qualquer pagamento. Não serão fornecidos editais através de fac-símile.

6 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 – Poderão participar deste pregão empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado através deste edital e, também:

6.1.1 – estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e respectivos Anexos;

6.2 – As licitantes deverão apresentar, na data e horário previstos no preâmbulo deste edital, 2 (dois) envelopes devidamente fechados, contendo no envelope nº 1, sua proposta comercial, e no envelope nº 2, a documentação comprobatória da habilitação conforme solicitado neste Edital, sendo que, ambos deverão conter, na parte externa, além da razão social, CNPJ e endereço, os seguintes dizeres:

Prefeitura Municipal de Capim Branco
Envelope nº 1 - "PROPOSTA COMERCIAL"
Processo Licitatório nº:/2015
Pregão nº:/2015



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

Prefeitura Municipal de Capim Branco
Envelope nº 2 "DOCUMENTAÇÃO"
Processo Licitatório nº:/2015
Pregão nº:/2015

6.3 – A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II do Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nº 1 e 2.

6.4 – A PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO, no caso de procurador da empresa, conforme modelo estabelecido no Anexo III do Edital ou o **CONTRATO SOCIAL**, no caso de representante legal da empresa, em ambos os casos deverá ser apresentado fora dos Envelopes nº 1 e 2.

6.5 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:

6.5.1 – concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

6.5.2 – Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Capim Branco suspenso ou por esta tenha sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

6.5.3 – que estejam reunidas em consórcio ou cooperativa; controladas, coligadas ou subsidiárias entre si; estrangeiras que não funcionam neste País.

7 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1 - Aberta a fase para **CREDENCIAMENTO** dos eventuais participantes do **PREGÃO** o representante da proponente entregará ao **PREGOEIRO** documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua representada e representando-a, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

7.2 - O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, sempre acompanhado do contrato social ou outro instrumento constitutivo da proponente, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do **PREGÃO**: apresentar declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação e de inexistência de fatos supervenientes que impeçam a habilitação, os envelopes **PROPOSTA DE PREÇOS** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **PREGOEIRO**,

enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, ficando facultada a adoção do modelo contido no **ANEXO III**.

7.2.1 - Na hipótese de apresentação de **procuração por instrumento particular**, impõe-se a comprovação da capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário através da apresentação do contrato / estatuto social da empresa.

7.3 - Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto / contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.4 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

7.5 - A ausência do representante devidamente credenciado importará a imediata exclusão da licitante na etapa de lances verbais.

7.6 - As pessoas interessadas, não credenciadas, poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos

7.7 - Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante do licitante.

7.8 – As microempresas e empresas de pequeno porte, para que usufruam da preferência de contratação nos termos do que dispõem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, deverão apresentar junto à documentação do CREDENCIAMENTO, fora de qualquer envelope:

a. Certidão emitida pela Junta Comercial atestando o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.9 - O DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER APRESENTADO E ENTREGUE EM SEPARADO (FORA DOS ENVELOPES).

8 – PROPOSTA COMERCIAL

8.1 – A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do objeto a ser fornecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

- datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 1 (uma) via em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador;
- número do Edital do Pregão e do Processo Licitatório;
- razão social do licitante, endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, fac-símile e e-mail, quando houver.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

d. planilha de preço ofertado.

e. prazo de validade que deverá ser de no mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;

f. descrição da linha objeto ofertado com indicação do veículo, em bom estado de conservação, a ser utilizado, ano de fabricação e o nome do condutor que deverá ser habilitado.

8.2 – A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao Pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.3 – Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4 – Nos preços cotados deverão estar incluídos todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para a Prefeitura, tais como: fretes, tributos, encargos sociais e previdenciários.

8.5 – A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

8.6 – Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

9 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES

9.1 – A sessão pública terá início às **14h30min.** do dia **12/03/2015** na sala de Licitações, na Prefeitura Municipal, com sede na Praça Jorge Ferreira Pinto, 20, Centro, Capim Branco – MG.

9.1.1 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão a Pregoeira à declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação, e somente serão recebidos **até às 14:00h**, horário a partir do qual não serão aceitos novos participantes.

9.2 – Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o critério menor preço **GLOBAL**.

9.3 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

9.4 - As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a. seleção da proposta de menor preço;

b. o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado

propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;

c. o Pregoeiro poderá determinar a participação de todos os proponentes, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, objetivando ampliar a concorrência;

d. na hipótese de apresentação de propostas escritas com preço do item igual ao mínimo exequível, será utilizado como critério de desempate o sorteio.

9.5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.5.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

9.6 – Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

9.7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

9.8 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

9.9 - Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço decidindo motivadamente a respeito.

9.9.1 – A aceitabilidade será aferida a partir dos preços constantes do termo de referência.

9.10 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9.11 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

9.12 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

9.14 – Caso a proposta apresente erros de soma e/ou multiplicação, o Pregoeiro fará a correção dos cálculos e a proposta será aceita mediante expreso consentimento do proponente. Caso contrário, a proposta será desclassificada.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

9.15 – O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.

9.16 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.

9.17- A licitante declarada vencedora do certame terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para readequar sua proposta, com as modificações necessárias para adaptação ao novo preço proposto.

9.18 – Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderão constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

10 – DOCUMENTAÇÃO

10.1 - O envelope nº 02 HABILITAÇÃO, deverá conter em seu interior os documentos relacionados abaixo em uma via, com cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais:

10.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.2.2 – Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

10.2.3 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.2.4 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.2.5 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.2.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.3 - HABILITAÇÃO FISCAL

10.3.1 – Comprovante de inscrição no CNPJ

10.3.2 – Prova de regularidade com o INSS (seguridade social);

10.3.3 – Prova de regularidade com FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço);

10.3.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

10.3.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

10.3.6 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (tributos federais e dívida ativa da União);

10.3.7 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

Obs: As comprovações de regularidade de que tratam os itens 10.3.2 e 10.3.6 poderão ser realizadas através de apresentação de certidão conjunta, na forma da legislação.

10.4- DOS DOCUMENTOS – MEI (MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL)

10.4.1 – Registro no MEI;

10.4.2 - Comprovante de inscrição no CNPJ;

10.4.3- Comprovação de regularidade com INSS;

10.4.4 – Comprovação de regularidade com FGTS;

10.4.5 – Comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

10.4.6 – Comprovação de regularidade com de débitos trabalhistas – CNDT.

10.5 - DECLARAÇÕES

10.5.1 - Os **LICITANTES** deverão apresentar declaração do representante legal, observado o disposto no **Anexo IV**, de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99.

10.5.2 - Os **LICITANTES** deverão apresentar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do §2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93, sendo facultada utilização do modelo no **Anexo V**. Esta declaração poderá ser prestada pelo representante legal credenciado na própria sessão pública.

10.6- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

10.6.1 - Certidão Negativa de Falência e de Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de, no máximo, 60 (sessenta) dias da data prevista para a realização da sessão pública do **PREGÃO**.

10.7 – DOS DOCUMENTOS

10.7.1 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

10.7.2 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro e equipe de apoio para autenticação, durante a sessão de abertura do envelope Documentação Habilitação.

10.7.3 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, ou que o edital não estabeleça prazo, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura dos envelopes.

11 – ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

11.1 - É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **esclarecimentos** sobre o **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de **até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas**.

11.1.1 – Os esclarecimentos pretendidos serão dirigidos ao Pregoeiro no e-mail licitação@capimbranco.mg.gov.br, ou com protocolo no setor respectivo da Prefeitura Municipal de Capim Branco.

11.1.2 – Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone).

11.1.3 Os **esclarecimentos** deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, a contar do recebimento de esclarecimento.

12. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 - É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **providências** ou de **impugnação** ao **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas**.

12.1.1 – A impugnação ou pedido de providências será dirigido ao pregoeiro e encaminhada através do e-mail licitação@capimbranco.mg.gov.br ou protocolo nos setor específico da Prefeitura Municipal de Capim Branco.

12.1.2 A decisão sobre o pedido de **providências** ou de **impugnação** será proferida pela **autoridade subscritora do ato convocatório do pregão** no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, a contar do recebimento da peça indicada por parte da **autoridade** referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do **PREGÃO**.

12.1.4 O acolhimento do pedido de **providências** ou de **impugnação** exige, desde que implique em modificação(ões) do **ato convocatório do PREGÃO**, **além da(s) alteração(ões) decorrente(s)**, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

13 – RECURSO ADMINISTRATIVO

13.1 - Por ocasião do final da sessão, a(s) proponente(s) que participou(aram) do **PREGÃO** ou que tenha(m) sido impedida(s) de

fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de **recorrer**.

13.2 - Havendo intenção de interposição de **recurso** contra qualquer etapa / fase / procedimento do **PREGÃO**, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência através de protocolo no setor responsável.

13.3 - As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do **RECORRENTE**.

13.4 - Após a apresentação das contra-razões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o **PREGOEIRO** examinará o **recurso**, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.

13.5 - Os autos do **PREGÃO** permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no **subitem 5.1** deste **EDITAL**.

13.6 - O **recurso contra decisão do Pregoeiro** não terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 – ADJUDICAÇÃO

14.1 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor **recurso**, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao **PREGOEIRO adjudicar** o objeto do certame à proponente vencedora.

14.2 - Existindo **recurso(s)** e constatada a regularidade dos atos praticados e **após a decisão do(s) mesmo(s)**, a **autoridade competente** deve praticar o **ato de adjudicação** do objeto do certame à proponente vencedora.

15 – HOMOLOGAÇÃO

15.1 - Compete ao Prefeito Municipal **homologar** o **PREGÃO**.

15.2 A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o contrato, respeitada a validade de sua proposta.

16 – DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

16.1 O resultado final do **PREGÃO** será publicado na Imprensa Oficial do Município de Capim Branco.

17 – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

17.1 – A aceitação do objeto desta licitação, somente será efetivada após ter sido o mesmo realizado, conforme especificado neste edital e na proposta do contratado;



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

17.2 – A prestação dos serviços será executada de acordo com o Calendário Escolar, rotas e itinerários estabelecidos pela Secretaria de Educação, sendo que a prestadora dos serviços não poderá deixar de atender em hipótese alguma nos dias letivos e quando solicitado;

17.3 - Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito do Estado exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

17.4 - A autorização (item 17.3) deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

17.5 O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

I - ter idade superior a vinte e um anos;

II - ser habilitado na categoria D;

III - não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

IV - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

V - não ter contra si condenação penal.

17.6 – O contratado deverá apresentar o Relatório Diário do Motorista, constando a quilometragem diária dos pontos de partida até o local das Escolas Municipais, bem como o horário e assinatura do motorista, conforme modelo **ANEXO VII**.

17.7 - Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da prestadora de serviços e da própria aquisição do combustível.

17.8 – A substituição de veículos e condutores para prestação dos serviços objeto desta licitação é condicionada à autorização do Município, que avaliará todos os requisitos determinados neste edital.

18 – PAGAMENTO

18.1 - O pagamento será efetuado após faturamento dos serviços, sendo os valores constantes da planilha do vencedor, multiplicados pelas quantidades efetivamente prestadas e serão pagas em até trinta dias subsequentes a apresentação da nota fiscal, sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, observadas as demais exigências a seguir indicadas.

18.1.1 - Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização (ões).

18.1.2 - Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

18.1.3 – Para receber seus créditos o contratado deverá comprovar a regularidade fiscal e tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação.

18.1.4 – A Administração da Prefeitura Municipal de Capim Branco reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

18.1.5 – As emissões das notas fiscais compreenderão o período correspondente a 30 (trinta) dias. Sendo a nota fiscal emitida no primeiro dia útil subsequente. E apresentada ao Município de Capim Branco.

19 – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

19.1– O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a partir da data da reunião da sessão de abertura da LICITAÇÃO, observado o disposto no §3º do artigo 64, da Lei 8.666/93.

19.2 – O Contrato a ser celebrado terá a duração até 31/12/2015, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, após manifestação das partes envolvidas, mediante Termo de Prorrogação, conforme preceitua o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

20 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição onerarão os recursos Orçamentários:

02.05.01.12.361.1202.2051 Manutenção Serviços Transporte Escolar



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

3.3.90.39.00 Ficha: 148 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fontes de Recursos: 1.01.00 Recursos Próprios - Educação mínimo 25%

1.45.00 Transf. Recursos FNDE Referente ao PNATE

1.47.00 Transferência do Salário - Educação

21 - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

21.1 – Para os fins do disposto neste edital a expressão Pequena Empresa serve para se referir à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte, definidas no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06, cuja condição deverá ser comprovada na sessão pública do Pregão Presencial na fase de credenciamento com apresentação da certidão simplificada emitida pela junta comercial com data não superior a 30 dias.

22 - DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – A autoridade competente do Município Capim Branco poderá anular e revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito do Pregoeiro, devidamente fundamentado.

22.2 – A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.

22.3 – As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedadas observações ou reclamações impertinentes ao certa.

22.4 – A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.5 – Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Administração da Prefeitura Municipal de Capim Branco, comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

22.6 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

22.7 – As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **FORO** da Comarca de Matosinhos - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.9 – Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Federal nº 10.520/02.

23 – ANEXOS

23.1 - Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

23.1.2 – ANEXO I – descrição e especificação do Objeto;

23.1.3 – ANEXO II – declaração de pleno atendimento;

23.1.4 – ANEXO III – modelo de procuração para o credenciamento

23.1.5 – ANEXO IV – modelo de declaração que não emprega menor

23.1.6 – ANEXO V – modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo

23.1.7 – ANEXO VI – minuta de contrato;

23.1.8 – ANEXO VII – relatório de bordo

Capim Branco, 26 de fevereiro de 2015.

Ivan Theodoro Flores

Pregoeiro

ANEXO I

Descrição e especificação do Objeto

MODELO DE PROPOSTA

MUNICIPIO DE CAPIM BRANCO - MG

PREGÃO NÚMERO:...../2015 - PROCESSO N.º:/2015.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de veículo para atendimento do Transporte Escolar 2015 da Zona Rural de Boa Vista no Município de Capim Branco.

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____ **Tel:** _____

--	--	--	--	--	--

Declarações: O proponente declara, em caráter irrevogável e irretroatável que conhece os itinerários, rotas e horários, estando de acordo com os mesmos. Declara que todas as despesas estão incluídas nos valores propostos, nada sendo devido além do pagamento do valor contratado.

Veículos: Para prestação dos serviços objeto desta licitação o veículo deverá atender aos seguintes requisitos: registro como veículo de passageiros; inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança; pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas; equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo; lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira; cintos de segurança em número igual à lotação; outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Condutores: Os condutores de veículos destinados à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos: ter idade superior a vinte e um anos; ser habilitado na categoria D; não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses; ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN, não ter contra si condenação penal.

Seguro passageiros: O proponente se compromete a contratar seguro com cobertura para os passageiros (alunos) na hipótese de acidente, incluindo indenização por morte e invalidez.

Manutenção do equilíbrio econômico financeiro deste contrato: garantido ao contratado devendo, para tanto apresentar planilha de composição de custo unitário com, no mínimo indicação dos seguintes itens:

Item	Descrição	Percentual	Valor Km
01	Combustível e lubrificantes		
02	Despesas com condutor		
03	Manutenção (serviços +		

ITEM	KM/DIA	ROTA	VEÍCULO	VALOR KM	VALOR DIA
01	97	Fazenda Renato Araújo – 40 KM Horário: 6h e 17h Fazenda José Dimas – 12KM Horário: 11h40min Joaquim Nogueira – 10Km Horário: 11h20min e 16h20min Fazenda Cachoeira – 28Km Horário: 6h20min; 11h; 16h10min e 17h30min Fazenda Petronio e Zé Paulino – 7Km	Capacidade para no máximo 05 passageiros Ano de fabricação a partir de 2008		



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

	peças)		
04	Despesas indiretas (tributos, etc.) + lucro		

Obs. a indicação do percentual refere-se à proporção em face ao preço do km

Validade da Proposta 60 (sessenta) dias, contadas a partir da data da apresentação da proposta - Prazo de Execução: Conforme Edital - Condições de Pagamento: Conforme Edital

_____, ____ de _____ de 2015

Nome e assinatura do representante legal (Carimbo da empresa)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº:/2015

PROCESSO N.º:/2015

Pela presente declaramos para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/02, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

_____, ____ de _____ de 2015

Nome e assinatura do representante legal

(carimbo da empresa)

ANEXO III

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento particular de procuração, a (razão social da empresa), com sede (endereço completo) inscrita no CNPJ/ MF sob o nº (nº do CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (a) o(a) Sr. (a) (nome do representante) portador (a) da cédula de identidade (nº RG), e CPF (nº CPF), a quem confere amplos poderes para representar perante o Município de Capim Branco na Sessão de Pregão Presencial nº/2015, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, formular lances verbais, negociar a redução de preços, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO (A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da outorgante.

_____, ____ de _____ de 2015

Nome e assinatura do representante legal

(carimbo da empresa)

ANEXO IV

Modelo de declaração que não emprega menor

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

Ref.: PREGÃO (PRESENCIAL) Nº:/2015

PROCESSO N.º:/2015



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

DECLARAMOS, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, ____ de _____ de 2015

Nome e assinatura do representante legal

(Carimbo da empresa)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº:/2015

PROCESSO N.º:/2015

Declaramos a inexistência de fato impeditivo quanto à habilitação para participar neste Pregão, bem como estamos cientes de que devemos declará-los quando ocorridos durante o certame.

Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.

_____, ____ de _____ de 2015

Nome e assinatura do representante legal

(Carimbo da empresa)

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: ____/2015.

Gestor do Contrato: _____

Dotação Orçamentária:

Licitação originária Pregão Presencial nº ____ / 2015

O Município de Capim Branco, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 16.796.872/0001-48, com sede da Prefeitura localizado na Praça Jorge Ferreira Pinto, 20, Centro, Capim Branco – MG, neste instrumento representado pelo Prefeito Municipal, _____, portador da carteira de Identidade n.º: _____ - CPF: _____, residente e domiciliado à Rua _____, CEP _____, doravante denominado CONTRATANTE, e _____, com sede à _____, n.º _____, em _____/_____, neste instrumento representado por seu Diretor _____, portador do CPF _____, residente e domiciliado à _____, n.º _____, em _____/_____, doravante denominado CONTRATADO, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRESSUPOSTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

1.2. O presente contrato decorre de procedimento licitatório, modalidade Pregão Presencial n.º do dia/...../....., homologado em/...../....., regido pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto contratação de empresa especializada para locação de veículo para atendimento do Transporte Escolar 2015 da Zona Rural de Boa Vista no Município de Capim Branco.

(Descrever a rota)

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O preço por Km rodado corresponde a R\$ ----- (.....)



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

3.2. Considerando a estimativa de ----- km/dia e ----- dias letivos em 2015, o preço total estimado para este contrato corresponde a:.....

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1 – A aceitação do objeto desta licitação, somente será efetivada após ter sido o mesmo realizado, conforme especificado neste edital e na proposta do contratado;

4.2 – A prestação dos serviços será executada de acordo com o calendário escolar, e rota e itinerário determinados pelo Contratante conforme objeto, sendo que a prestadora dos serviços não poderá deixar de atender em hipótese alguma nos dias letivos;

4.2.1 – O veículo deverá estar em perfeito estado de conservação, em plena condição para o trabalho a que se destina, equipado com todos os equipamentos de segurança obrigatório. Deverá atender ao que determinam o edital, este contrato, as normas do CNT e regulamentos CONTRAN, para transporte escolar.

4.3 – O serviço contratado será acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação de Capim Branco;

4.4 – A empresa deverá apresentar o Relatório Diário do Motorista, constando a quilometragem diária dos pontos de partida até o local das Escolas Municipais, bem como o horário e assinatura do motorista, conforme modelo anexo VII.

4.5 - Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da prestadora de serviços e da própria aquisição do combustível.

4.6 – A substituição de veículo ou de condutor é condicionada à aprovação pelo Contratante, que deverá verificar o atendimento a todas as exigências do CNT, regulamento CONTRAN, edital e contrato.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. São obrigações da (o) Contratada (o):

5.1.1. Prestar os serviços de forma a atender à rota, itinerário, horários, com a expedição do relatório diário do motorista, constando a quilometragem diária dos pontos de partida até o local das Escolas Municipais, bem como o horário e assinatura do motorista, conforme modelo **ANEXO VII** do edital. Deverá constar todas e quaisquer ocorrências passíveis de registro.

5.1.2. Prestar os serviços com veículo devidamente equipado, de acordo com as determinações do CNT e regulamentos do CONTRAN, edital e contrato.

5.1.3. Qualificação do condutor autorizado e comprovação de atendimento às determinações do CNT e regulamentos do CONTRAN

5.1.4. Manter durante todo o período de vigência do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação.

5.1.5. Contratar seguro passageiro com cobertura para morte e invalidez

5.1.6. O reconhecimento dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

5.1.7. Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário da contratada.

5.1.8. Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários do mesmo.

5.3. São obrigações do Contratante

5.2.1. Efetuar os pagamentos na forma deste contrato e do edital.

5.2.2. Modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

5.2.3. Rescindir unilateralmente o presente contrato nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93.

5.2.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

5.2.5. Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, exigindo o cumprimento às determinações do CNT e regulamentos do CONTRAN

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

6.1. A vigência do presente contrato tem início na data de sua assinatura e vigorará até o dia 31/12/2015. Podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 57, II da Lei 8.666/93.

6.2. Na hipótese de prorrogação de vigência deste contrato (art. 57, II, lei nº 8.666/93) o preço será reajustado pela aplicação do INPC acumulado nos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

7.1. Para atender a seus interesses, o Município de Capim Branco reserva-se o direito de alterar os quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados obedecidos aos limites estabelecidos no art. 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

8.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, sanções previstas no Artigo 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal cabíveis e poderá acarretar as seguintes sanções:

a. Advertência

b. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, o prazo máximo de 02 (dois) dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

c. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;

d. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.

e. Suspensão do direito de contratar e participar de licitação com a Administração Municipal de Capim Branco - MG pelo período de até 05 (cinco) anos.

8.2. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilidade da contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.3. A multa deverá ser recolhida na Prefeitura Municipal de Capim Branco no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.

8.4. O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente.

8.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.6. Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às sanções aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ORÇAMENTO

10.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão no presente exercício à conta das dotações:

.....

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

11.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data da apresentação da proposta.

11.2. Na hipótese de prorrogação de vigência deste contrato (art. 57, II, lei nº 8.666/93) o preço será reajustado pela aplicação do INPC acumulado nos 12 (doze) meses.

11.3. É garantido ao contratado a manutenção do equilíbrio econômico financeiro deste contrato, devendo, para tanto, apresentar com o pedido planilha de composição de custo unitário com, no mínimo indicação dos seguintes itens:

Item	Descrição	Percentual	Valor Km
01	Combustível e lubrificantes		
02	Despesas com condutor		
03	Manutenção (serviços + peças)		
04	Despesas indiretas (tributos, etc.) + lucro		

Obs. a indicação do percentual refere-se à proporção em face ao preço do km

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

12.1. A eficácia do presente instrumento está vinculada à publicação do extrato no Diário Oficial do Município, sendo esta de responsabilidade do contratante.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Capim Branco – MG

Capim Branco, 27 de Fevereiro de 2015 – Diário Oficial Eletrônico – ANO III | Nº 232 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. O contrato vincula-se as suas próprias cláusulas, ao Edital, às normas e princípios de Direito Público, as regras da Lei 10520/02 e 8.666/93, aplicando-se subsidiariamente as normas de Direito Civil.

13.3. O regime jurídico deste contrato administrativo é instituído pela Lei 10.520/02 e 8.666/93.

13.4. Fica eleito o FORO da Comarca de Matozinhos/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente Contrato.

13.5. E, por estarem justas, as partes firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Capim Branco, de de 2015.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

.....

HORÁRIO	MATUTINO:
	VESPERTINO:
	NOTURNO:
VEÍCULO:	
..... Outros:	
TRANSPORTE DE ALUNOS:	
Referência	M V N
Número de alunos	
KM/dia	
OCORRÊNCIAS, SOLICITAÇÕES, OBSERVAÇÕES	
Motorista: CPF:	

ANEXO VII

DIÁRIO DE BORDO

DIÁRIO DE VIAGENS – TRANSPORTE ESCOLAR	
Órgão: Secretaria Municipal de Educação	Contrato. n.º: _____
Contratada:	
ITINERÁRIO:	DATA: ____/____/____
Hora inicial: ____:____	Hora final: ____:____
CONDUTOR:	CPF N.º _____

EXPEDIENTE
ÓRGÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO
ÓRGÃO GESTOR:
Coordenação de Comunicação
ÓRGÃOS PUBLICADORES:
Setor de Licitação